

**ESTADO DE EXCEÇÃO E ESTADO DE NATUREZA EM DOIS
ROMANCES DE JOSÉ SARAMAGO.**

Melissa Barros de BRITO
(orientador) Prof. Dr. Mário Luiz Frungillo

Resumo: Este artigo é resultado de algumas reflexões realizadas em meu projeto de iniciação científica, que ainda não foi concluído, e tem por objetivo mostrar como estão presentes e de que forma o autor José Saramago constrói as representações de Estado de Exceção e Estado de Natureza em dois de seus romances: *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*.

Palavras chave: 1. Literatura Portuguesa, 2. José Saramago, 3. Estado de Exceção, 4. Estado de Natureza.

Em dois de seus romances: *Ensaio sobre a cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a lucidez* (2004), o autor português José Saramago trabalha com os conceitos de estado de exceção e estado de natureza. As representações dos dois estados: exceção e natureza, são trabalhados a partir de dois fatos chave, sejam eles: a cegueira e o voto em branco respectivamente. Contudo, para atender à construção literária Saramago não se vale das teorias filosóficas sobre estado de exceção e estado de natureza tal qual são discutidas e apresentadas por autores como: Locke, Rosseau, Agamben entre outros; há uma mudança – ainda que mínima – entre a definição desses autores e as representações criadas por Saramago (na verdade, um dos objetivos do projeto de iniciação científica é perceber qual teoria filosófica se aproxima mais da construção de Saramago, e neste artigo, parto do pressuposto que para o estado de exceção é a de Giorgio Agamben e para o estado de natureza a de John Locke).

Mesmo não sendo uma continuação, os dois romances, *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, possuem estreita relação, não somente por terem como foco a questão política, mas por se tratar do mesmo local (capital de um determinado país que assim como os personagens não é nomeada) e personagens:

[...] falemos abertamente sobre o que foi nossa vida, se era a vida aquilo, durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre as imagens da cidade tomadas depois de termos recuperado a visão, convençam-se as pessoas a falar dos males de toda espécie que tiveram de suportar, falem dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo da

podridão, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer tapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto branco de agora.¹

Logo, a primeira obra que mobiliza esses conceitos é *Ensaio sobre a cegueira*: nela a situação limite que desencadeia os fatos é a cegueira branca que acomete, progressivamente, a população de uma cidade e que causa no governo pânico, de modo que o ministro da saúde resolve submeter cegos e contaminados – pessoas que tiveram contato próximo com os cegos – à quarentena, como medida de segurança, pois acredita que, de alguma forma, a cegueira é epidêmica.

Assim, o governo usa o discurso de preservar o resto da sociedade, quando, na verdade, procura preservar a si mesmo, fato evidenciado pela frase do ministro da saúde se referindo aos cegos e ao local em que são confinados: “... o que é preciso é que não saiam de lá”.² A quarentena a que foram submetidos os cegos e contaminados não é como a tradicional, na qual a principal preocupação é o tratamento dos doentes e contaminados, bem como o interesse em realizar testes para encontrar a cura, a quarentena instituída por esse governo revela-se apenas como um meio de afastar, isolar da sociedade os cegos e as pessoas que tiveram contato com os mesmos, revela-se como uma atitude extrema caracterizada por um estado de exceção, já que o ministro comunica que pode se tratar de quarenta dias ou o tempo que julgarem necessário. O governo, então, nomeia uma comissão de logística e segurança ao invés de uma comissão de saúde, para que ela cuide do transporte, isolamento e suprimento dos cegos.

É neste momento de instauração da quarentena para os cegos e possíveis contaminados, que José Saramago constrói a representação do estado de exceção. Os personagens submetidos à quarentena são confinados em um manicômio vazio que serve de abrigo para os mesmos. Quando isolados os cegos perdem todas as suas garantias constitucionais, recebem o suprimento mínimo para a sobrevivência, ou seja, apenas comidas e poucos produtos para higiene, sendo que a medida em que avançam os dias e que mais cegos chegam ao lugar, o número de “quites” de alimentação não é ajustado e as ordens que recebem do governo, através de uma gravação que é transmitida todos os dias aos internados, evidencia o abandono a que foram submetidos.³

¹ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 175.

² SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 46.

³ A citação a seguir ilustra o estado de abandono ao qual estão os cegos: “abandonar o edifício sem autorização significara morte imediata, terceiro, em cada camarata existe um telefone

O estado de exceção construído por Saramago, com o objetivo de atender as exigências literárias que necessitam de um estado de exceção que ajude a contar os fatos e que se adeque a eles, é modificado. Trata-se de uma representação – mesmo que baseada nas características do estado de exceção real –, visto que ele não se aplica a todos os habitantes da cidade onde as pessoas cegam – os que não cegaram e estão fora dos manicômios continuam a ter seus suprimentos e ainda vivem segundo as leis do Estado –, mas somente aos cegos e aos possíveis contagiados que, ao serem obrigados a se submeterem à quarentena e, conseqüentemente, ao isolamento, perdem todos os seus direitos que deveriam ser garantidos por lei. E é por meio dessa ausência de direitos que os cegos se aproximam cada vez mais de um estado de natureza caracterizado pela ausência da regulamentação de um governo e/ou Estado sobre a população, bem como pela ausência de suprimentos para as suas necessidades básicas: “... e ali não tinham água oxigenada, nem mercurocromo, nem pensos, nem ligaduras, nenhum desinfetante nada”.⁴

Ao se depararem com sua situação, os cegos procuram se organizar em torno de suas necessidades básicas, de suas regras internas do que decorre crimes e abusos (apropriação de comida por alguns grupos e estupros) que, por não contarem com a fiscalização legal, não são julgados ou punidos pelas leis. Quando se veem abandonados à “própria sorte” começam a agir segundo o estado de natureza no qual o objetivo é a autopreservação e a do próximo, procuram se resguardar e defender como podem; neste ponto o estado de natureza representado por Saramago se aproxima da definição de Locke na qual:

Qualquer pessoa, da mesma sorte que está na obrigação de preservar-se, não lhe sendo dado abandonar intencionalmente a sua posição, assim também, por igual razão quando a própria preservação não está em jogo, tem de preservar, tanto quanto puder,

que só poderá ser utilizado para requisitar ao exterior a reposição de produtos de higiene e limpeza, quarto, os internados lavarão manualmente as suas roupas (...) três, seis vezes ao dia serão depositadas caixas de comida na porta da entrada, à direita e à esquerda, destinadas respectivamente, aos pacientes e aos suspeitos de contágio (...) os internados são responsáveis por todas as conseqüências negativas dessas queimas, décimo, em caso de incêndio seja ele fortuito ou intencional, os bombeiros não intervirão, igualmente não deverão os internados contar com nenhum tipo de intervenção do exterior na hipótese de virem a verificar-se doenças entre eles, assim como a ocorrência de desordens os agressões, décimo segundo, em caso de morte, seja qual for a sua causa, os internados enterrarão sem formalidades o cadáver na cerca”. In: SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 50 e 51.

⁴ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 57.

o resto da Humanidade, não podendo, a menos que seja para castigar um ofensor, tirar ou prejudicar a vida, ou o que tende à preservação da vida...⁵

Mas, ao mesmo tempo em que o objetivo dos confinados é a autopreservação, ela não é pensada de maneira integral, pois há dois grupos no manicômio (cegos e contaminados), assim a falta de contato entre eles não permite a identificação que culminaria em um desejo de defesa, o fato de existirem diversas camaratas, onde os cegos ficavam distribuídos, também fez com que cada um pensasse em poupar a si mesmo e ao seu grupo e não aos demais. E ainda não se trata de um estado de natureza fidedigno, pois, segundo a filosofia, tal estado se aplicava quando não havia ainda a idéia de sociedade, de Estado ou de governo logo se pode considerar que na obra há a presença do estado de natureza na medida em que há um retorno a essas origens e por não serem capazes de se organizar em termos de uma comunidade social e politicamente viável, mas ao mesmo tempo, os personagens, por já terem feito parte de uma sociedade regulamentada, na qual possuíam direitos e deveres, não podem ser considerados como seres naturais.

Trata-se, na verdade, de um estado de natureza marcado pela condição a qual os cegos chegam, que é agravada pela questão da adaptação – se tornam cegos e precisam aprender a viver sem usar a visão em um lugar que não conheciam (o manicômio), sem auxílio de outras pessoas, pois apesar da mulher do médico enxergar e procurar ajudá-los na medida do possível, ela não dava conta de suprir a necessidade de todos, assim alguns faziam suas necessidades fisiológicas no chão, andavam sujos – a falta de condição básica para viverem – mudaram para o local apenas com poucas trocas de roupa, a água do manicômio não era limpa, faltavam alimentos, remédios – e tal cenário é aumentado no decorrer do romance à medida que os contaminados se tornam cegos. O conceito de estado de natureza está ligado, nesta obra, a ideia de caos: sem ter como suprir suas necessidades, retornam ao estado natural que se mostra caótico já que é informe.

Na segunda obra, *Ensaio sobre a lucidez* o estado de exceção se faz mais forte, pois há menção direta ao fato que está ligado a situação-limite que o desencadeia: o voto em branco. Grande parte da população, para mostrar seu descontentamento com os partidos existentes, opta por votar em branco – atitude que se repete quando o governo decide repetir as eleições –, sem que tenham sido manipuladas ou forçadas. Descontente com a postura dos eleitores, o governo, aliado aos chefes de cada partido que disputava a eleição, decide investigar de quem é a culpa pelo voto em branco, pois acredita que se trata de

⁵ LOCKE, John. “Do estado de natureza”, in: *Carta acerca da intolerância; segundo tratado sobre o governo: Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1983, p. 36.

uma conspiração. A partir de então, passam a perseguir, interrogar e maltratar as pessoas com o intuito de conseguirem alguma pista sobre uma possível conspiração:

...nos acabamos de aperceber agora mesmo, e é que não sé estão ali os espões, com caras de distraídos, a escutar e a gravar às escondidas o que se diz, como há também automóveis que deslizam suavemente ao longo da fila parecendo que andam à procura de um sítio onde estacionar, mas que levam lá dentro, invisível aos olhares, câmaras de vídeo de alta definição e microfones de última geração...⁶

Ora, havendo sido chamados ao interrogatório quinhentos suspeitos caçados nas filas dos eleitores, situação em que se poderia encontrar qualquer de nós vista a patente evanescência da matéria da acusação pobremente representada...⁷

Assim, o estado de exceção nesta obra se instala de maneira progressiva: primeiro os habitantes têm seus direitos feridos quando são espionados e têm suas conversas gravadas sem consentimento; neste momento, o governo age à margem do conhecimento dos cidadãos. Posteriormente, quando repetidas as eleições e quando o governo constata a massa de votos em brancos, ele decide, pois, declarar o estado de exceção de fato. Percebemos neste ato mais uma relação com o primeiro livro analisado: com a desculpa de preservar a nação *da terrível ameaça que paira sobre as suas cabeças*⁸, o governo procura defender os seus próprios interesses, pois considera um descalabro as pessoas votarem em branco e a impossibilidade de manterem-se no poder devido a esse ato:

...para que se corrijam da maldade a que se deixaram arrastar sabe-se lá por quem, sob pena de se converterem no alvo directo das sanções previstas no estado de exceção cuja declaração, após consulta, amanhã mesmo, ao parlamento, para esse efeito reunido em sessão extraordinária, e obtida, como se espera, a sua unânime aprovação, o governo vai solicitar a sua excelência o chefe de estado.⁹

O estado de exceção representado nesta segunda obra de José Saramago possui semelhanças com a teoria de Giorgio Agamben¹⁰, na qual o estado de

⁶ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 29.

⁷ Idem, p. 47.

⁸ Idem, p. 36.

⁹ Ibidem, p. 36.

¹⁰ Definição de estado de exceção : “O pressuposto aqui é que o estado de exceção implica um retorno a um estado original “pleromático” em que ainda não se deu a distinção entre os diversos poderes (legislativo, executivo, etc.). Como veremos, o estado de exceção constitui muito mais um estado “kenomático”, um vazio de direito, e a idéia de uma indistinção e de uma plenitude originária do poder deve ser considerada como um “mitologema” jurídico, análogo à

exceção é caracterizado por um vazio de direito e, diferentemente da primeira obra, ele é aplicado a todos os habitantes do referido local e não apenas a um grupo, já que, mesmo investigando, não é possível saber de fato quais foram as pessoas que votaram ou não em branco. Assim, o estado de exceção, nesta obra, possui as mesmas características de um estado de exceção real, os direitos são suspensos, há toque de recolher para os habitantes, presença de decretos e até a imprensa é afetada sofrendo com a censura – só poderiam ser publicadas notícias permitidas pelo governo.

A representação criada por José Saramago vai além do estado de exceção. Quando os governantes percebem que a população, ciente do direito que tem de votar em branco, é capaz de se organizar em passeatas ou de se manifestar contra a atitude do governo. O presidente, aliado ao primeiro-ministro, decide declarar o estado de sítio, que nada mais é que um “agravamento” do estado de exceção. Ou seja, a cidade passa a ser controlada pelas forças policiais e pelo exército, não era permitido sair e nem entrar na capital e os cidadãos que trabalhavam fora não podiam mais se deslocar até o trabalho, fato que causou descontentamento nos donos das empresas empregatícias e nos próprios trabalhadores. Tal impossibilidade cria um clima de tensão que culmina no maior medo do governo: uma manifestação por parte dos habitantes, que declaravam ter votado em branco e que esse era um direito garantido pela lei.

É possível, através desses fatos, perceber como José Saramago trabalha a representação de um estado de exceção progressivo, agravado cada vez mais pelas atitudes despropositadas do governo que, com o objetivo de consolidar seu poder e se manter na direção da capital a qualquer custo, chega a abandonar a cidade deixando-a isolada, sem abastecimento, para que, assim, os cidadãos possam se dar conta da importância de ter uma capital regida por um governo. Agem querendo garantir a retomada do que para eles era uma democracia – o fato dos habitantes terem votado em branco, para o governo não era uma atitude democrática, ainda que prevista em lei – usaram de todos os mecanismos antidemocráticos que encontraram:

... vos trago aqui é nada mais e nada mesmo que uma proposta de retirada múltipla, um conjunto de ações que alguns talvez considerem absurdas, mas que tenho certeza que nos levarão à vitória total e ao regresso à normalidade democrática, as saber, e por ordem de importância, a retirada imediata do governo para outra cidade, que passará a ser a nova capital do país, a retirada de todas as forças do exército que ainda ali se encontram, a retirada de todas as forças policiais, com esta ação radical a cidade insurgente ficará entregue a si mesma...¹¹

idéia de estado de natureza...”. In AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 17.

¹¹ SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.

Por meio dessas atitudes antidemocráticas que caracterizaram o estado de exceção, e por meio do abandono a que foram submetidos quando o governo decide deixar a capital e mudar o posto de comando para outra cidade, surge o conceito e representação do estado de natureza criado por Saramago. Porém, essa representação é menos trabalhada do que no primeiro livro: aqui ela se faz presente somente pelo vazio de direito a que foram submetidos os habitantes, pois são abandonados assim como no primeiro livro, porém de maneira diversa, já que não estão trancados em um espaço físico restrito como o manicômio e sem o agravante de estarem cegos, eles retornam ao estágio inicial quando não havia a formação de um estado civil, de uma forma democrática de governo.

Assim como em *Ensaio sobre a cegueira*, o segundo livro analisado, *Ensaio sobre a lucidez*, não traz a reprodução fidedigna da teoria sobre estado de natureza segundo Locke que é a que mais se aproxima e da qual parece que Saramago se apropria (conclusão que chegarei quando da finalização da pesquisa) – não há a preocupação, nem necessidade de zelar pela própria vida, ou do grupo, mesmo que seja inerente ao ser humano agir dessa forma – afinal, mesmo abandonados, isolados na cidade, sem leis, regras, sem suprimento, não há formação de um cenário caótico.

O que fica evidente é que os habitantes, acostumados a viverem segundo as normas de um Estado “democrático”, continuaram agindo sob a sombra do mesmo, ainda que houvesse dificuldades decorrentes da ausência do governo:

Passaram-se os dias, as dificuldades iam em crescendo contínuo, agravavam-se e multiplicavam-se, brotavam debaixo dos pés como tortulhos depois da chuva, mas a firmeza moral da população não parecia inclinada a rebaixar-se nem a renunciar àquilo que havia considerado justo e que expressara no voto, o simples direito a não seguir nenhuma opinião consensualmente estabelecida. Alguns observadores, em geral correspondentes do meio de comunicação estrangeiros (...) comentaram com estranheza a ausência absoluta de conflito entre as pessoas, apesar de se terem verificado, e logo provado como tais, ações de agentes provocadores que estariam a tentar criar situações de uma instabilidade...¹²

Ou seja, mesmo com a ausência do governo e instigados por agentes contratados para semear a desordem entre a população, ela continua agindo como se não estivesse sob um paradigma de governo, no qual seus direitos foram suspensos. Assim, podemos considerar que a presença do estado de natureza se dá apenas pela retomada de um estágio inicial.

¹² SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 70.

Conclusão

Presentes nas duas obras o estado de exceção e o estado de natureza são representados por Saramago de maneira diversa em *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez* no que se refere ao foco dado pelo autor, talvez seja um modo encontrado de não se repetir. Percebe-se que em cada um dos livros um dos estados é mais bem caracterizado e definido, sendo que no *Ensaio sobre a cegueira* o ponto forte e evidente é o estado de natureza, mesmo que haja a presença do outro e que ele decora do estado de exceção, assim a maioria dos fatos e até mesmo o foco da narrativa se dá em torno desse estado. E quando caracterizado, o estado de exceção é modificado, ou seja, não se pode aplicar de maneira integral a teoria na obra de José Saramago como já explicitado durante o artigo.

Por outro lado, *Ensaio sobre a cegueira* trata de forma mais explícita e direta o estado de exceção que é declarado pelo núcleo de personagens que compõem o governo, e ele se dá de maneira integral, ainda que se trate de uma representação atenta aos preceitos teóricos de um estado de exceção. Já o estado de natureza, mesmo que se faça presente pelo vazio de direito e retorno às origens, quase não é caracterizado, pois os personagens que compõem os eleitores continuam sob a herança de um estado democrático.

Pensando as duas obras como um todo, pois mesmo não sendo uma continuação dos fatos do primeiro livro – *Ensaio sobre a lucidez* não começa do ponto de onde terminou *Ensaio sobre a cegueira*, cada uma tem o seu ponto chave que é motivador da narrativa –, é inegável que se relacionam pelos motivos já explicados, há um ciclo, os dois estados se alternam, começam com o estado de exceção, terminam no estado de natureza no qual, cada um a sua maneira, mostram como agem os seres humanos quando desejam defender as suas necessidades básicas (no primeiro livro), ou os seus interesses (no segundo) e até que ponto a humanidade, representada por essa gama de personagens que são habitantes de uma determinada capital, chega para atingir seus objetivos.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Iracy D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- HALPERIN, Jorge. *Conversaciones com Saramago, reflexiones desde lan*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.
- LOCKE, John. “Do estado de natureza”, in: John LOCKE, *Carta acerca da tolerância; Segundo Tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1983.
- MARCUSE, Hebert. *Contra-revolução e revolta*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

ROSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.